



Afro-Ásia

ISSN: 0002-0591

revista.afroasia@gmail.com

Universidade Federal da Bahia

Brasil

Bezerra Neto, José Maia

Histórias urbanas de liberdade: escravos em fuga na cidade de Belém, 1860-1888

Afro-Ásia, núm. 28, 2002, pp. 221-250

Universidade Federal da Bahia

Bahía, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77002808>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

HISTÓRIAS URBANAS DE LIBERDADE: ESCRAVOS EM FUGA NA CIDADE DE BELÉM, 1860-1888*

*José Maia Bezerra Neto***

Desde a segunda metade do século XVIII, na região de Belém, em seu espaço urbano e cercanias, concentrava-se boa parte da população escrava da província do Pará. Em 1793, por exemplo, viviam 8.573 habitantes, sendo 4.423 brancos (51,6%), 3.051 escravos negros (35,6%) e 1.099 pretos, índios e mestiços livres (12,8%). Já em 1823, nas duas freguesias urbanas de Belém, Sé e Campinas, havia uma população de 12.471, compreendendo 5.643 brancos (45,2%), 5.719 escravos africanos ou crioulos (45,9%) e 1.109 pretos, índios e mestiços livres (8,9%).¹ Portanto, quando do processo de independência, a então cidade do Pará comportava uma população escrava e de homens livres mestiços, pretos e índios superior à de brancos, com alta proporção de cativos. Nas áreas rurais adjacentes, existiam aproximadamente 9.259 habitantes, sendo 5.125 livres e 4.134 escravos.² Havia, então, no campo e na cidade da dita região, cerca de 21.726 indivíduos, sendo 9.849 escravos e 11.877

· Este texto faz parte de estudo sobre fugas escravas na Amazônia, na segunda metade do século XIX, iniciado em 1994. Agradeço a João Reis por sua leitura, comentários e sugestões, que muito o enriqueceram.

.. Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Pará.

¹ Cf. dados em Vicente Salles, *O Negro no Pará sob o regime da escravidão*, Belém, Secult, 1988, pp. 68-71.

² Rosa Elizabeth Acevedo Marin, “Du travail esclave au travail libre: le Pará (Brésil) sous le régime colonial et sous l’Empire (XVIIe-XIXe siècles)” (Tese de Doutorado, École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1985), pp. 136-139.

livres, dentre os quais 5.643 brancos, 5.125 indivíduos não identificados e 1.109 índios, pretos e mestiços.

Os dados acima confirmam estudos que apontam a densidade da população escrava nesta área. Rosa Acevedo Marin indica-nos a forte presença de escravos, ao findar o período colonial, nas regiões rurais de Belém, nas quais existia o cultivo da cana-de-açúcar, do arroz, do café, entre outros produtos agrícolas, destacando-se o primeiro. Em São Domingos da Boa Vista, por exemplo, 1.047 indivíduos, ou 53% dos 1.929 habitantes, eram escravos; na bacia do Rio Capim havia 663 cativos, ou seja, 40,1% dos 1.655 moradores; no rio Bujaru, os 915 escravos existentes perfaziam 53,4% da população, estimada em 1.714 pessoas; no rio Acará, 1.437 escravos representavam 54,7% dos 2.976 habitantes. Já na localidade de Bemfica, em cuja área parecia não haver uma atividade agrícola semelhante às demais, observa-se uma pequena população escrava, em torno de 72 pessoas, ou 7,3% dos 985 habitantes.³ Ernesto Cruz, por sua vez, observa que, durante os séculos XVII até o XIX, na faixa litorânea de Belém, “estavam localizados os Engenhos Reais, dos senhores abastados, cuja prosperidade era avaliada pela quantidade de negros da Guiné e dos índios de aldeias missionadas, empregados na fabricação do açúcar e no cultivo dos canaviais”.⁴ Igualmente, nas proximidades de Belém já se estruturavam os engenhos de grande porte que haviam sido de propriedade de determinadas ordens religiosas.

Na verdade, as áreas mais antigas e tradicionais da lavoura canavieira em solo paraense situavam-se nas bacias dos rios Acará, Guamá e Capim, na região denominada de Zona Guajarina, em torno de Belém. Já na região das ilhas defronte da cidade de Belém, ou espalhadas pela Baía de Guajará, havia também algumas propriedades agrícolas sustentadas pelo trabalho escravo, sem que fossem necessariamente lavouras de cultivo de açúcar. Na ilha de Ara-Pitanga, em 1859, o viajante François Biard ficou hospedado em “vasta fazenda” pertencente a certo português. Relata-nos Biard que nesta “fazenda cerca de cinqüenta escravos trabalhavam em cerâmica”, produzindo “magníficos vasos de

³ Acevedo Marin, *Du travail esclave au travail libre*, pp. 136-139.

⁴ Ernesto Cruz, *História do Pará*, Belém, UFPa, 1967, pp. 104-105.

vários formatos”.⁵ Na Ilha das Onças, por sua vez, o Sr. Noguez igualmente empregava escravos alugados no artesanato de cerâmica.⁶ Na verdade, mesmo em terras de engenhos era comum o cultivo de outras culturas, tais como arroz, tabaco ou café. Também havia engenhos em que os cativos dedicavam-se a diversas outras atividades artesanais, quando não eram empregados na extração de madeiras e na coleta de produtos das florestas situadas dentro da propriedade ou em áreas adjacentes.

Observamos, então, que em torno da capital paraense estabeleceram-se fazendas e engenhos caracterizados por uma significativa presença da mão-de-obra escrava de origem africana que, ao longo do século XIX, haveria de permanecer, uma vez que “durante o período que se seguiu imediatamente à independência, parecia afinal que o setor agrário assumia posição predominante na economia amazônica”, ou seja, nesta época ocorreu a decadência do comércio do cacau silvestre, principal produto de exportação. Assim, ficando o setor extrativo da economia paraense sem um produto de peso passível de exportação, como até então havia sido o cacau, criaram-se condições favoráveis para que “todo o pequeno capital disponível na região” fosse voltado “cada vez mais para as culturas de açúcar, arroz e algodão, para as fazendas de gado e para outros empreendimentos rurais”.⁷

No próprio espaço urbano de Belém existia significativa presença de trabalhadores escravos negros, pelo menos desde as duas últimas décadas do século XVIII até 1823, como já observamos anteriormente. Em 1839, Bernardo de Souza Franco estimava a população escrava de Belém em torno de 4.580 indivíduos, já indicando uma diminuição da mesma. Em 1848, todavia, Jerônimo Francisco Coelho indicava coeficiente escravo um pouco maior, ou seja, 5.085 cativos entre os 16.092 habitantes da cidade, ou 31,6%.⁸ Em meados do século XIX, portanto, nas freguesias urbanas da capital, nesta época em número de três, a população escrava de Belém ainda era bastante significativa. Mas, desde então, já

⁵ François Biard, *Dois anos no Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1945, pp. 168-169.

⁶ *Diário de Notícias, Bárbara instituição*, de 08/10/1882, p. 2.

⁷ Bárbara Weinstein, *A Borracha na Amazônia: Expansão e Decadência (1850-1920)*, São Paulo, Hucitec / Edusp, 1993, p. 58.

⁸ Salles, *O Negro no Pará*, p. 72.

se iniciava o declínio do contingente de escravos na capital, enquanto aumentava aquele representado pelas pessoas livres.

A partir da segunda metade do século XIX, não somente os melhoramentos havidos no espaço urbano, mas o próprio crescimento da população citadina havia despertado mudanças na cidade. Inclusive, para o período de 1850 a 1872, Robin Anderson indica-nos que a taxa média de crescimento demográfico da capital paraense foi de 3,65% ao ano, ao mesmo tempo em que quase duplicava a população da província.⁹ Nos anos iniciais da década de 1870, o *Almanach do Diário de Belém* indicava que nos quatro distritos da capital viviam 34.464 habitantes.¹⁰ Em 1882, segundo o jornal *Diário de Notícias*, em torno de 40.000 pessoas ali viviam,¹¹ embora seja provável que o crescimento da população belenense estivesse subestimado, uma vez que o recenseamento de 1896 apontava uma população de 91.993 em Belém – número menor, todavia, ao estimado pelo Barão de Marajó em 1894, quando falava de mais de 100.000 pessoas.¹²

À medida que ocorria o crescimento demográfico da população livre da capital paraense, em muito favorecido pela entrada dos imigrantes nordestinos desde os anos de 1870, diminuía a percentagem da escrava, ainda que no começo da década de 1870 fosse mantido de certa forma o mesmo volume de escravos existente desde mais ou menos vinte anos atrás. Em 1872, por exemplo, havia 5.087 cativos em Belém do Pará, 14,7% dos 34.464 habitantes, proporção bastante reduzida se comparada com aquela das primeiras décadas do século XIX.¹³ Em 1888, por sua vez, haviam sido classificados 2.196 cativos como residentes nos quatro distritos da capital (Sé, Sant'Anna, Trindade e Nazareth), que, desta forma, representariam um pouco mais de 5% de sua população, estimada pelo menos em 40.000 pessoas.¹⁴

⁹ Apud Weinstein, *A Borracha na Amazônia*, p. 56.

¹⁰ Apud Maria de Nazaré Sarges, “De criados e “turcos de teque-teque” numa cidade que se moderniza: os ofícios na cidade de Belém do Pará (1888-1900)” (Projeto de pesquisa, UFPA, 1999), p. 3.

¹¹ *Diário de Notícias*, *Diário de Belém*, de 29/10/1882, p. 2.

¹² Relativamente ao ano de 1896, ver Sarges, *De criados*, p. 3. No que diz respeito ao ano de 1894, ver José Coelho da Gama Abreu, Barão de Marajó, *As regiões amazônicas: estudos chorographicos dos Estados do Gram-Pará e Amazonas*, Belém, Secult, 1992, p. 391.

¹³ Maria Júlia Tolosa, “Estrutura sócio-profissional de Belém na segunda metade do século XIX” (Monografia de Especialização, Universidade Federal do Pará, 1986).

¹⁴ Cf. *Diário de Notícias*, *Secção Abolicionista*, de 24/06/1883, p. 2.

A crescente diminuição da presença escrava na capital paraense, particularmente nos anos finais da escravidão, parece não ter afetado a preponderância do trabalho servil no município de Belém se comparado às demais cidades, vilas e regiões, uma vez que ainda reunia contingente significativo dos escravos existentes na província.

Em Belém, buscando-se a liberdade

Aos escravos que, fugindo de diversas regiões interioranas, dirigiam-se à Belém do Pará, o crescimento demográfico da população livre não-branca e a expansão física da cidade, com a sua diversificação sócio-econômica, favoreciam-lhes não somente a sobrevivência, mas permitiam-lhes ficar cada vez mais anônimos entre os habitantes.¹⁵ Os relatos de fugas possibilitam observar a riqueza das relações no universo social da escravidão urbana. Por exemplo, Thomaz Francisco Tavares, residente em Marajó-Assú, em outubro de 1870 noticiava a fuga dos seus escravos José e Jorge para a “cidade”.¹⁶ Em janeiro de 1871, Thomaz Francisco Tavares novamente anunciava a fugida de seus cativos José e Jorge, ocorrida desta vez em fins de 1870, em companhia de outro chamado Caetano, que trabalhava de pedreiro e carpina. Eles haviam deixado Marajó-Assú rumo a Belém, “trabalhando em obras particulares, intitulando-se forros”.¹⁷

Considerando que José, Jorge e Caetano não somente conseguiram obter trabalho na cidade, mas perder-se como forros no meio da população livre e liberta, entende-se porque optaram por Belém em busca da liberdade. Outrossim, nem sempre esses escravos nasceram e vive-

¹⁵ Sobre o crescimento populacional e a diversificação sócio-econômica de Belém, ver Maria de Nazaré Sarges, *Belém: Riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)*, Belém: Editora Pakatatu, 2000.

¹⁶ *Diário do Gram-Pará*, de ?/10/1870, sem numeração da página (jornal incompleto). A partir deste o referido jornal será indicado apenas como *DGP*.

¹⁷ *DGP*, de ?/01/1871, sem numeração da página (jornal incompleto). Ainda sobre a fuga de Caetano, Jorge e José, ver anúncio publicado pelo seu senhor, no *DGP*, de 04/08/1871, p. 3. Neste, o senhor informava que seus escravos haviam fugido em 22 de setembro de 1870, portanto, há quase um ano. Desta última vez, o senhor nada dizia acerca dos paradeiros de seus escravos. Também já se demonstrava decidido a negociar o retorno dos mesmos ao seu serviço, quando dizia que: “Se os ditos escravos se apresentarem no prazo de 30 dias a contar da presente data serão recebidos como apadrinhados”.

ram nas localidades interioranas ou no meio rural; vide José, cujos antigos senhores foram Manoel Pinheiro & C^a, da capital do Pará, e Caetano, antigo escravo de José Gregório Lourenço, “funileiro à rua da Paixão” em Belém. Ambos haviam sido comprados por Thomaz Francisco Tavares e levados para Marajó-Assú, trazendo na bagagem a experiência da condição escrava no espaço urbano, para onde procuraram retornar fugindo.¹⁸ Não foram os únicos.

Olympio e Paulo, na noite de 7 de fevereiro de 1874, fugiram da vila de Soure, litoral da ilha de Marajó, em uma pequena canoa, atravessando a Baía de Guajará rumo a Belém. Segundo o anúncio, os referidos escravos eram “muitos conhecidos n’esta cidade, onde foram comprados por seu senhor”. Novamente, escravos vitimados pelas transações mercantis senhoriais procuravam refazer suas antigas vidas, reatando nós afrouxados, senão desfeitos à sua revelia. Joanna, por sua vez, na noite de 10 de junho de 1869 obteve “passagem n’um barco vindo da barra, que nesse mesmo dia descia para a cidade”, fugindo da vila de Breves, em Marajó, também rumo a Belém, sem planos de voltar ao domínio de seu senhor, José M. Martins, pois levara “consigo toda a roupa”, não sendo fugida de ocasião. Mas porque Joana planejou sua evasão para a cidade do Pará? Segundo informação prestada pelo anunciante, porque a mesma “ultimamente foi comprada ao Sr. Elias José Nunes da Silva”, residente na capital paraense.¹⁹

Nem todos os escravos fugidos homiziados na cidade tinham aqui raízes. No sábado, 16 de janeiro de 1869, o “pequeno” João Militão, outrora “escravo em Vizeu da falecida Domingas Gerarda”, fugiu da localidade de Ponte de Pedras, em Marajó, do novo senhor, Francisco Romano Tavares, que desconfiava ter ele sido “seduzido” e achava-se “oculto nesta cidade”, ou seja, Belém. O mundo urbano também significava um campo aberto aos cativos evadidos dos interiores, fascinando-os, face à possibilidade da sobrevivência. “Ao amanhecer” do dia 2 de novembro de 1872, Manoel, “da propriedade de Pedro Carlos Paraense”, e Firmino, escravo de João Romão de Lira Sosinho, ambos moradores no rio Maúba, no distrito de Abaité, fugiram juntos “em uma montaria pequena e bastante usada”,

¹⁸ Sobre os antigos senhores de José e Caetano, cf. as referências constantes das notas n°s 16 e 17.

¹⁹ DGP, de 14/02/1874, p. 02; e de 17/06/1869, p. 02.

segundo os anunciantes “sem motivo algum para isso”. Os senhores supunham “que os ditos escravos procura[va]m alugar-se nesta capital”.²⁰

Frederico, 30 anos, pedreiro, natural do Maranhão, “onde foi comprado ao Sr. Luiz Antônio Gonçalves Ribeiro”, evadira-se do Engenho Cafezal, segundo o anúncio “por não querer trabalhar”, sendo caracterizado como “bem fallante”, “vadio e pagodista”, que sempre procurava andar “muito direito”. Frederico era, então, retratado como um péssimo trabalhador, dado a conversa fiada, vadiagem e festas, por isso mesmo preocupado com a boa aparência, que era também uma forma de se passar por livre. Será que Frederico fugiu por não gostar de trabalhar, procurando na capital paraense o ambiente propício ao seu estilo boêmio de vida? O próprio senhor, embora procurasse associar sua fuga à vadiagem, observou sobre o fugido que “consta empregar-se em apanhar assahy [açaí] e o mais provável é estar refugiado n’esta cidade”.²¹ Vê-se por aí quão diversas podiam ser as definições de trabalho. Para o senhor, somente o serviço executado sob seu comando pelos escravos seria considerado trabalho, o resto tendia a ser rotulado como alguma forma de vadiagem. Assim sendo, a ideologia senhorial acabava justificando a escravidão ao definir as fugas escravas como resistência ao trabalho em geral.

Desta forma, os senhores construíam a imagem dos escravos fugidos como incapazes de viver por si mesmos em liberdade, por seu propalado despreparo moral para o trabalho livre, uma vez que, supostamente, apenas a autoridade senhorial garantia-lhes a condição de trabalhadores.²² Entretanto é possível fazer uma outra leitura da história de fuga de Frederico, bem como da de outros escravos. Ao apanhar açaí para vender na cidade, Frederico batalhava por sua sobrevivência; apenas não queria laborar para o seu proprietário, procurando com a fuga controlar

²⁰ DGP, de 21/01/1869, p. 2; e de 09/11/1872, p. 2.

²¹ DGP, de 07/09/1872, p. 3.

²² Ainda sobre a ideologia senhorial do trabalho e do trabalhador escravo presente no Brasil oitocentista, ver Sidney Chalhoub, *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*, São Paulo, Brasiliense, 1986. Em um livro recente, Chalhoub novamente faz referência à ideologização do trabalho pelos senhores, quando, por exemplo, diz: “Na discussão sobre a repressão à ociosidade em 1888, a principal dificuldade dos deputados era imaginar como seria possível garantir a organização do mundo do trabalho sem o recurso às políticas de domínio características do cativeiro”. Cf. Sidney Chalhoub, *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996, p. 23.

o ritmo e o tempo de suas atividades de trabalho, conforme suas necessidades, sem abdicar de uma boa prosa, um bom descanso e um pagode de vez em quando.

Os anúncios de fugas escravas também permitem observar que a proximidade em relação a Belém da lavoura canavieira nas bacias do rio Capim, Moju, Igarapé-Miri e Tocantins (nas regiões Guajarina e do Baixo Tocantins), bem como de fazendas de criação de gado na Ilha do Marajó, podia motivar escravos fugidos daquelas áreas a buscarem esconderijos naquela cidade. Em 1869 Manoel fugiu de seu senhor Manoel Sebastião Lobato, morador em Igarapé-Miri. Como se desconfiava que o escravo encontrava-se em Bujaru ou acoutado nos subúrbios de Belém, o anunciante prometia responsabilizar o “acoutador” por perdas e danos e gratificar generosamente a quem o apresentasse ao proprietário, em Igarapé-Miri, ou a João Cândido Freyre D’Andrade, na Travessa Oriental do Mercado, na capital.²³

Observe-se que Manoel vivia numa zona de lavoura canavieira, possivelmente trabalhando no campo, e, após a sua fuga, seu senhor indicava seus dois possíveis destinos: Bujaru ou os subúrbios de Belém. Isso permite supor que Manoel conhecia a região e tanto em um quanto em outro lugar podia ter proteção e apoios necessários para a execução de seu plano de fuga. Mas seu senhor também parecia saber das prováveis relações de seu escravo naquelas áreas, talvez porque Manoel já houvesse realizado outras fugas anteriores.

Outros senhores também reclamaram a captura de escravos fugidos para a capital paraense, devido à proximidade geográfica, ainda que fosse possível encontrá-los homiziados em outras localidades da província. José Joaquim Lobato, do distrito de Abaité, “há 7 para 8 annos” possuía uma escrava fugida chamada Piedade que, casada com Evaristo Antônio de Souza, já tinha dois filhos. Como a dita escrava “já uma vez foi agarrada nesta capital em Nazareth”, seu dono desconfiava que andava ou “pelo rio Araguary, por Barcarena, ou no Pinheiro, perto desta capital”. Joaquim Ferreira D’Andrade Muniz também anunciava a evasão do cativo Crescêncio de sua olaria no igarapé Janipaúba, desconfi-

²³ *DGP*, de 06/01/1869, p. 3.

ando que vagava “pelo mesmo distrito, ou por esta cidade”. Não teria sido difícil para o escravo arranjar ocupação, caso houvesse escolhido Belém, pois era um trabalhador qualificado e versado em vários ofícios manuais, entendendo “mais de carpintaria, calafate, e um pouco de oleiro e pedreiro”.²⁴

Mesmo que ainda houvesse motivações bastante fortes para este ou aquele escravo preferir outros paradeiros que não a cidade do Pará, parecia que esta se tornava cada vez mais irresistível aos que buscassem a liberdade. O coronel José Calisto Furtado, da região do rio Capim, relatou a fuga de Francisco Ayres dizendo que lhe constava “ter fugido para o Guamá, d’onde foi comprado, ou anda[va] vagando pelos subúrbios desta capital”. Os senhores acabavam reconhecendo que, apesar das formas de controle social impostas aos escravos no espaço urbano, os fugitivos conseguiam transformar a capital do Pará na sua cidade, incorporando-se a um multifacetado universo social onde possuíam amizades e parentes. Manoel Raymundo de Almeida, de Cairary, denunciou a fuga de Antônio, que, segundo sua desconfiança, teria “vindo para esta capital ou para o Guamá, por ter nestes lugares parentes”. Por sua vez, Caetano Diniz D’Avellar, senhor da “fazenda denominada ‘São Pedro’, no distrito da villa da Cachoeira em Marajó”, dizia quanto a Manoel João que constava ele “vagar pelo distrito de Monsarás, e pela capital desta província, para onde disse ir ter com o Sr. Jerônimo do Rego Castello Branco para o comprar”. A essa altura Caetano já aceitava vender Manoel a quem o quisesse comprar, inclusive ao senhor por este escolhido.²⁵

Muitos outros escravos também não aceitavam ser coisa de seus senhores, mas sujeitos históricos que lutavam para definir suas condições de vida e de trabalho, a partir das suas próprias visões de liberdade e escravidão. Escravos que, mesmo distantes de Belém, acalentavam aqui retornar fazendo viagens longas quando a ocasião fosse propícia. Em 25 de janeiro de 1871 era anunciada a fuga “de uma fazenda perto da cidade de Bragança” dos cativos Justino e Bernardo. O primeiro acabou se dirigindo para a capital paraense, na qual já vivera por dois anos, enquanto

²⁴ DGP, de 15/09/1870, p. 2; e de 22/11/1872, p. 3.

²⁵ DGP, de 05/10/1872, p. 2; de 24/09/1872, p. 3; e de 06/12/1871, p. 2. O referido anúncio, entretanto, é datado de 21/11/1871.

o outro seguiu destino diferente, por nós ignorado. A distância entre a cidade de Belém e a região de Bragança, próxima da fronteira com o Maranhão, não desanimou Justino. Para alcançar seu destino havia a opção do percurso por mar aberto, fazendo navegação de cabotagem ao longo da costa paraense, ou seguir por terra, atravessando matas e rios.²⁶

Justino, entretanto, não seria o único a optar pela fuga à longa distância. Pedro fugiu de seu senhor João Pereira da Silva, que residia na cidade de Manaus, capital da província amazonense. Ele havia sido escravo do Sr. João Villaça, em Belém, “sendo vendido n’esta capital pelos Srs. Moreira & Irmão”, por autorização daquele, e remetido para a província vizinha. Segundo seu novo senhor, Pedro achava-se na capital do Pará, na “convivência com seu irmão, escravo do Sr. Villaça”. Para reatar seus laços com a família e com a cidade, Pedro não mediou distâncias, sendo-lhe o único caminho possível navegar pelo rio Amazonas, infiltrando-se nas embarcações clandestinamente, talvez se passando por livre ou estabelecendo relações de cumplicidade com a tripulação.²⁷

Essas são histórias que revelam o trauma da separação de pessoas e lugares através da venda. Havia escravos que não aceitavam sequer partir. Ciryaco, cujo antigo senhor fora o tenente do corpo de polícia João Antônio da Paixão, fugiu de Agapito Benino Monroy, domiciliado em Portel, “ao embarcar para o vapor *Guamá*”, em um dos portos de Belém, na noite de 16 de junho de 1869, constando que estava “vagando pela capital”. Não era somente o gosto pela vida urbana que prendia Ciryaco à cidade do Pará, mas também relações pessoais e familiares. O anúncio de sua fuga aponta pista neste sentido: ele era “filho de uma escrava do Sr. Fernando Maria da Cunha”.²⁸

A cidade de Belém, nas últimas três décadas da escravidão, abria aos cativos fugidos um leque de possibilidades de inserção social, fosse esta ocupacional, residencial, familiar ou de lazer. Em 2 de novembro de 1871 Isidoro fugiu da “Bocca do Inhangapy” para a não muito distante Belém; em 11 de abril do mesmo ano, Venceslau fugira do rio Capim, e seu senhor dizia que o fugitivo deveria “estar acoutado nesta capital

²⁶ DGP, de 25/01/1871, p. 2.

²⁷ DGP, de 08/10/1874, p. 3 (o anúncio data de 26/09/1874).

²⁸ DGP, de 23/06/1869, p. 2.

para as partes da cidade”, fazendo através dos jornais a inusitada oferta ao fujão de que “se por si se apresentar será recompensado”. Tanto um como outro foram em busca da vida em liberdade na cidade do Pará. A cidade, além de um mercado de trabalho mais dinâmico, da possibilidade do anonimato e, a essa altura do século, de pessoas simpáticas à abolição, possuía também instituições, como as forças armadas, que podiam acolher e camuflar uma fuga. Clarindo, por exemplo, fugira para Belém “a fim de sentar praça”, em 11 de dezembro de 1874. Outros pareciam fugir para experimentar alguns dias de folga. O sapateiro Elias, escravo de Antônio Pereira da Silveira Frade, proprietário de olaria nas cercanias de Belém, “tendo ido no domingo, com licença, à cidade”, não havia voltado para casa, fazendo com que seu senhor na terça-feira (19 de setembro de 1871) anunciasse sua evasão. Ele desconfiava que o mesmo estivesse “vagando as ruas da cidade até acabar os 8\$000 réis” que lhe havia dado.²⁹ O sapateiro teimava em estender seus dias de lazer, enquanto houvesse tostões para gastar. A cidade não se constituía apenas no destino daqueles em busca da liberdade definitiva, mas tornava-se ambiente favorável a escravos que não tencionavam ruptura total com a escravidão.

Ficando na cidade

Quando fugiam, os escravos residentes na cidade de Belém muitas vezes acabavam nela ficando, a enfrentar as políticas de controle social impostas pelos senhores e pelas autoridades do Estado. O significativo aumento da população livre e pobre não branca e a inserção dos cativos no universo das relações sociais urbanas favoreciam os escravos em suas fugas dentro da cidade onde moravam. Desde 14 de dezembro de 1868 achava-se fugido o “mulato” João, oficial de carpina que, entre as suas qualidades, sabia ler, escrever, contar e tocar violão. Segundo seu senhor, João costumava andar calçado e fazia-se “passar como livre”, assinando o nome de “João Paulo de Tal”. A forma como João agia, dissimulando a sua condição cativa, baseava-se em seus conhecimentos da

²⁹ DGP, de 19/11/1871, p. 2; de __/05/1871, p. 2; de 22/12/1874, p. 2; e de 20/09/1871, p. 3.

vida citadina, que desfrutava há muito tempo. Ele fora aprendiz de carpinteiro de um Sr. Jorge, homem pardo, residente no bairro do Umarizal, vivendo posteriormente com sua irmã Valentina, igualmente escrava, alugada como doméstica ao Sr. Ferreira Penna. Nesta época havia trabalhado no Arsenal da Marinha e, por último, no Destacamento da Travessa do Jurunas, após o que se evadiu, deixando seu senhor sem os devidos jornais.³⁰ João, portanto, fora escravo ao ganho, vivendo sobre si, alugando seus serviços como carpina. Também viveu algum tempo em companhia da irmã, com licença do senhor, um laço familiar que, junto a outros com pessoas livres, eram capazes de favorecê-lo em sua fugida.³¹ Como outros escravos urbanos, algumas características e habilidades pessoais favoreceram João, que podia se passar melhor por pessoa livre, usando calçados e assinando nome falso, porque sabia ler e escrever, tinha ofício e era mestiço.³²

Bernardo, que “em tempos remotos, foi servente e pedreiro do Mestre Antônio Nogueira e ultimamente [estava] ocupado na companhia dos pretos de ganho na Travessa da Indústria, [e que] também já andou na companhia do Catraia”, em outubro de 1872 “retirou-se da casa de seu senhor”, vagando por Belém já fazia um mês.³³ Mais uma vez um escravo ao ganho fugia do domínio senhorial e não abandonava a cidade. Bernardo fazia parte de um grupo de trabalhadores, escravos e quiçá libertos, que reunidos em determinados pontos das ruas da cidade demarcavam seu território em busca da sobrevivência, agrupamentos denominados como *companhia* deste ou daquele logradouro público em que tradicionalmente se incorporavam à paisagem urbana. Em 30 de janeiro de 1873, os órfãos de José D’Araújo Roso Cardoso continuavam anunciando a fuga de Bernardo, só que o chamando de Bernardino. Ainda segundo seus senhores, o escravo em fuga às vezes andava na “com-

³⁰ DGP, de 10/01/1869, p. 3.

³¹ Chalhoub chama atenção para o fato de que o viver “sobre si” dos escravos acabava constituindo-se em “mais um importante elemento desagregador da instituição da escravidão na Corte”. Cf. Chalhoub, *Cidade febril*, p. 27.

³² Sobre o uso de sapatos como indicador social da condição de pessoa livre, ver Sidney Chalhoub, *Visões de Liberdade, Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990, pp. 212-215.

³³ DGP, de 29/11/1872, p. 3.

panhia dos pretos”, sem entretanto indicar quem seriam.³⁴ As relações sociais de trabalho construídas por este escravo, portanto, facultavam-lhe as condições necessárias para manter-se fugido em Belém, sem precisar buscar outros paradeiros.

Os órfãos de José D’Araújo Roso Cardoso, em 30 de janeiro de 1873, anunciavam a evasão de outro cativo chamado Agostinho que, escravo alugado a outros senhores, “em tempos esteve na padaria Portugueza, á rua de São Vicente, e ultimamente em casa do Dr. Henrique R. Rodriguez, em S. João”. Agostinho achava-se fugido há sete dias “vagando por esta cidade”. Não somente os trabalhadores de rua controlavam espaços de circulação no mundo urbano, mas também os alugados em casas e estabelecimentos comerciais. Os primeiros, porém, talvez pudessesem melhor circular neste ambiente, sobretudo aqueles cuja ocupação os obrigava a conhecer bem os quatro cantos da cidade. Este parecia ser o caso de Manoel Raymundo, que exercia a profissão de “bolieiro do carrinho nº 44” e também andava, segundo seu senhor, fugido e “vagando pelas ruas d’esta capital” há já uma semana, quando sua fuga foi anunciada em 27 de maio de 1869. Manoel parecia ser um desses fujões reincidentes. Em 6 de julho de 1872 o boliero novamente havia fugido da “casa do seu senhor” na Estrada do Arsenal, e encontrava-se “vagando pelas ruas da cidade na forma do costume”.³⁵

Conforme os relatos senhoriais, um grande número de escravos fugia para ficar vagando pela cidade. O termo “andar vagando pelas ruas d’esta capital”, usado nos anúncios, é um indício de que muitos cativeiros ausentavam-se regularmente de seus senhores sem intenção de abandoná-los para sempre. Por isso não deixavam Belém, ficando aqui circulando. Mas para isso era preciso conhecimento do espaço urbano e a facilidade oferecida por este para o escravo passar-se por livre.

Há casos em que não resta dúvida que os escravos fugiam sem a intenção de continuar sob o domínio de seus senhores, porque se ausentavam levando seus minguados objetos pessoais. Foi o que se deu com Raymunda, escrava do Dr. José Carlos Gonçalves, que por se considerar

³⁴ DGP, de 27/05/1869, p. 2; e de 06/07/1872, p. 2.

³⁵ DGP, de 30/01/1873, p. 2.

forra ausentou-se da casa do senhor na noite de 26 de janeiro de 1873, “levando uma rede e 4 vestidos de chita (já desbotados)”, suspeitando-se que estivesse a “andar vagando pela cidade”.³⁶ Mas, na falta de indicações mais precisas, nem sempre fugir levando seus pertences caracterizaria um ato de ruptura com a escravidão por parte dos cativos, sendo possíveis fugas eventuais, da mesma forma que fugas visando a liberdade podiam ser feitas sem carregos.

A expressão vagar pela cidade também sugere que os senhores atribuíam aos escravos uma falta de sentido em suas vidas, sem a direção senhorial. Pelo menos assim parecia ser para os senhores, diante do fato de que sabiam que seus escravos em fuga tinham sido vistos aqui e acolá na cidade, levando uma espécie de vida sem rumo, quando, na verdade, este “vagar” pelas ruas significava que os fugitivos podiam conhecer tão bem a cidade que a palmilhavam completamente. Por outro lado, o uso corrente da expressão “consta”, relativa às informações prestadas nos anúncios acerca dos paradeiros dos fugitivos, indica que os seus senhores possuíam redes de informação equivalentes à rede de proteção escrava.

O mesmo tecido urbano que escondia a condição de escravos andarilhos também os protegia detrás das portas. Em 27 de setembro de 1870 já fazia alguns dias que Libania havia fugido, não ficando “na rua este tempo todo”, pois constava ao senhor “andar coitada na capital, porque tem sido encontrada por muita gente”.³⁷ Também Apolinária achava-se fugida, sendo “público andar vagando por esta cidade e acostumada em um calogio [sic]”, segundo as notícias dadas ao seu proprietário Ayres Carneiro.³⁸ Sabendo que a cidade era também um campo minado, os escravos fugidos deviam saber andar, evitando prudentemente excesso de exposição que facilitasse denúncias, identificação e prisão pelas autoridades policiais e caçadores de recompensa, que agiam, inclusive, a partir dos anúncios senhoriais.

Os níveis de inserção dos trabalhadores escravos na cidade de Belém tanto podiam facilitar sua vida de fugitivo como favorecer a sua

³⁶ DGP, de 31/01/1873, p. 2 (o anúncio data de 28/01/1873).

³⁷ DGP, de 27/09/1870, p. 2.

³⁸ DGP, de 06/04/1869, p. 2.

prisão pela polícia, particularmente quando fossem personagens da vida urbana por demais conhecidos, por conta de suas idiossincrasias ou atividades de trabalho. Desta situação os senhores tinham pleno conhecimento, tanto que procuravam convertê-la a seu favor, quando faziam questão de relatar, em seus anúncios, que este ou aquele fugitivo era bastante conhecido em Belém. Assim sendo, os fugitivos poderiam ter ou não sucesso em seus planos de liberdade, conforme a solidez de suas relações de convívio na capital paraense. Nos anúncios de fuga existem alguns exemplos: Antonina, cativa de D. Lida Muller, fugiu em 23 de março de 1869, constando “ainda andar pela cidade”, na qual era “conhecida por andar vendendo miudezas de sua senhora”; em fuga há três meses, Camila, que era “bem conhecida nesta cidade (onde tem estado alugada)”, segundo Carlos Figueiredo Muniz, também vagava por Belém “vivendo acoutada por alguém”; Crispiano, da propriedade de Valente & irmão, ex-escravo do droguista Sr. Luiz Rosa, desaparecido há oito dias, em janeiro de 1870 andava “vagando pelas ruas desta cidade, onde elle é [era] bem conhecido”; Constância, de Braz Manuel Dias, era “muito conhecida n’esta cidade onde intitula[va]-se forra”, constando “andar vagando” pela capital paraense desde o dia 19 de março de 1875, quando fugira com “saia e cabeção muito aceiado, [sendo que] no pescoço traz[ia] um rosário de contas pretas e brancas”.³⁹

A cidade do Pará, portanto, constituía-se em cenário das lutas entre senhores e escravos, sendo que os primeiros procuravam impor políticas de controle social em relação aos cativos, enquanto estes resistiam ao governo senhorial, reelaborando em seu favor tanto as suas tradições de combate ao mesmo, quanto os códigos sociais da escravidão. Assim sendo, senhores e escravos faziam da história da cidade suas próprias histórias de negociação e conflito, forjando uma Belém multifacetada que, é verdade, a dominação senhorial procurava eliminar, através das políticas públicas governamentais de reordenamento e reforma do espaço urbano, desde a década de 1860.

³⁹ DGP, de 24/03/1869, p. 2; de 19/02/1874, p. 2; de 14/01/1870, p. 2; e de 28/03/1875, p. 2 (o anúncio data de 22/03/1875).

Os fujões da cidade, a cidade dos fujões

As histórias de escravos fujões são representativas da complexidade do mundo urbano, que não pertencia unicamente aos senhores, ainda que sob o seu governo. A cidade também era dos trabalhadores cativos que, mesmo constantemente excluídos, não desistiam de fazê-la parte integrante de suas vidas, bem como um espaço de luta pela liberdade. Neste sentido, passo a acompanhar as incessantes fugas de Manoel e Raymundo.

Quando tinha 14 anos, Manoel, nascido em Belém, escravo do advogado Álvaro Pinto de Pontes e Souza, fugiu “na manhan de segunda-feira” em 6 de maio de 1872. O seu senhor, visando facilitar a sua captura, caracterizou-o fisicamente como “mulato”, “magro” e “um pouco tatibitati [tartamudo]”, dizendo que vestia “calça e camisa branca”; também informou que o escravo era “filho da carafusa Crescencia”, possivelmente pessoa bastante conhecida na cidade, ou não a teria mencionado. Nesta fuga, o jovem Manoel encontrava-se vagando “pelas praças e subúrbios desta cidade”, sendo denunciado pelo senhor que “na terça-feira de manhan seguinte ao da fugida, *foi por indicação de alguém* capturado no Largo da Pólvora, por um soldado do corpo de polícia, que ao *condusil-o deixou-o ir em paz (!!)* na Rua de Santo Antônio”.⁴⁰ Seria este um caso de corrupção da polícia, cujos baixos salários tornavam seus efetivos tão ávidos por quaisquer tostões, caso Manoel tivesse algum? Talvez fosse, sabendo-se que na cidade de Belém, pelo menos desde a primeira metade do XIX, a convivência bastante próxima da soldadesca com os escravos motivava denúncias de que os policiais entretinham laços de camaradagem e cumplicidade com os cativos, deixando muitas vezes de cumprir com seu papel, embora o pudesse fazer e o fizessem quando queriam. Desta forma, não seria nada estranho, ainda que não generalizado, o dito policial ter deixado Manoel ir-se embora, continuando sua fuga mesmo que por pouco tempo.

Aos 15 anos, “na noute de sexta-feira” do dia 11 de outubro de 1872, Manoel mais uma vez fugia, vestindo “camisa de riscado azul e calça branca”, declarando seu senhor que esta era “a terceira fugida....

⁴⁰ DGP, de 12/05/1872, p. 2.

este anno”. Reconduzido ao domínio senhorial, Manoel fugiria logo depois uma quarta vez, no “domingo 27 do corrente mez de outubro [de 1872]”, só que agora, segundo o advogado Álvaro Pinto Ponte de Souza, andava “vagando pelo Câes de Marinha, Rua do Imperador, no meio de troça de moleques, além de outros lugares”. Aos 18 anos, já “aprendiz de pedreiro”, tem-se novamente notícias sobre Manoel, que, na terça-feira, 24 de fevereiro de 1874, havia fugido levando “calça azul e camisa de algodão americano”, pondo-se a vagar “pelas ruas e praças d’esta cida-de”. O mesmo Manoel, ainda em 1874, fugiu na noite de 31 de maio, levando “vestido calça de casemira verde clara em quadros e camisa branca fina”, andando “pelos subúrbios d’esta capital” porque, segundo o senhor, ele era “useiro e viseiro n’estas fugas por [ser] vadio e [ter] abuso”. Nesta época, o escravo já teria 19 anos, continuando fisicamente “magro”, embora “bem parecido” e falando “um pouco ainda tatibitati”; quanto à sua mãe, a escrava Crescencia já havia falecido.⁴¹

Sendo Manoel *useiro e viseiro* em fugir, pode-se dizer que buscava espaços de autonomia e condições de vida e trabalho mais favoráveis, não uma ação mais radical de ruptura com a escravidão. Neste sentido, Manoel fugiu apenas com as roupas do corpo, sem maiores cuidados em esconder-se ou em circular pelos espaços públicos, ficando exposto quando andava pelas ruas e praças de Belém, quando freqüentava seus subúrbios ou, então, metia-se em molecadas junto com outros jovens travessos. Mas se ele estava sempre fugindo era porque sempre retornava ao mando de seu senhor, o que levaria a crer tratar-se de escravo inconformado. Seriam suas várias fugas expedições de reconhecimento da cidade, como que ensaios da fuga perfeita? Não é possível saber, mas seu comportamento sem dúvida permitia um acúmulo de experiências necessárias às suas novas investidas.

Ainda em 1874, Manoel, na noite de sexta-feira, 27 de novembro, realizava outra fuga. Ele, que há “ainda poucos meses esteve prezo na cadeia pública”, talvez por conta da sua última fuga em maio de 1874, realmente não sossegava, e desta vez foi-se vestido de “calça azul e camiza de riscado, novas”, mas levara, “também, uma trouxa com calça e camiza

⁴¹ DGP, de 16/10/1872, p. 2; de 01/11/1872, p. 2; de 28/02/1874, p. 3; e de 08/06/1874, p. 3.

de algodão grossa de serviço e parâmetros de pedreiro”, profissão que já havia aprendido.⁴² Embora o seu senhor não indicasse possíveis par-deiros, talvez porque Manoel estivesse sendo mais discreto, percebe-se que esta nova tentativa diferenciava-se das demais pela preocupação do escravo em levar consigo seus pertences, inclusive ferramentas de trabalho, sugerindo que, na busca de emprego durante sua fuga, estava decidido a viver por si. Agora, Manoel já seria pessoa experiente suficientemente para se decidir pela ruptura com a escravidão.

Um pouco mais de um ano após a sua fuga, em 14 de dezembro de 1875, temos a última notícia de Manoel, aos 20 anos. Ele continuava fugido, com seu senhor prometendo pagar gratificação de “cem mil réis, a quem capturar ou promover a certa”, dizendo que Manoel encontrava-se “criminosamente acoutado em serviços de diversas pessoas fóra d’esta capital, e nos subúrbios d’esta, S. João, Curralinho, e, na Estrada de Bragança, foi visto há vagar há pouco”. Nesta época, o advogado escravocrata descrevia Manoel como “muito fallador, mas um pouco tatibatibi”, “com barba recente”, “cabelleira”, sendo “*vadio e velhaco*”.⁴³ Vê-se que, desta vez, o escravo havia conseguido pelo menos no espaço de um ano viver seu perseguido sonho de liberdade, ainda que precisasse deixar o centro urbanizado de Belém, vivendo e trabalhando em suas proximidades, talvez porque tivesse chegado à conclusão de que, em seu caso, embora continuasse sendo reconhecido, fosse mais seguro ficar distante das ruas e praças, pelas quais sempre andara fugido. Provavelmente, nas áreas periféricas de Belém, espaço de expansão da capital paraense, encontrara melhores condições de emprego como pedreiro. De qualquer forma, nunca se decidira a deixar a cidade na qual havia nascido, crescido e adquirido a experiência necessária às suas lutas, tanto que continuava a viver em seus subúrbios.

Em 20 de maio de 1869, o moleque Raymundo, 13 anos, escravo de Ayres Carneiro, morador na Rua de São Vicente nº 43, havia fugido. Segundo seu senhor, Raymundo era “atapuiado”, com “cabello liso” e possuía “seis dedos na mão Direita”, fugindo vestido com “camiza branca e calça de azul riscado”, constando que andava “publicamente por

⁴² DGP, de 04/12/1874, p. 3.

⁴³ DGP, de 14/12/1875, p. 2.

esta cidade”. Algum tempo depois, em 1º de julho de 1871, Raymundo, aos 16 anos, novamente fugiu, vestindo “camisa e calça de pano americano”, andando “pelas ruas da capital” na qual era “bem conhecido como vendedor de frutas e galinhas”. Rogava seu proprietário às “autoridades policias suas instruções às patrulhas a fim de sua captura”.⁴⁴ Estas são as duas primeiras notícias de fugas praticadas por Raymundo, sendo plausível que tivesse iniciado sua carreira de resistência aos 13 anos. Desde então, continuou fugindo pelas ruas de Belém, onde já se fazia conhecido.

Em 4 de janeiro de 1872, aos 18 anos, mais uma vez Raymundo andava “fugido e escandalosamente cometendo subtilezas pelas ruas da capital”, inclusive dormindo “pelas portas das casas”, o que prevenia seu senhor à polícia, solicitando sua captura. Neste anúncio, Ayres Carneiro informava ainda que o fugitivo, dizendo-se “ganhador”, procurava ludibriar as pessoas disfarçando estar a serviço do senhor, manipulando assim os códigos sociais da escravidão em seu favor. Raymundo com seus “seis dedos na mão direita pelo que é geralmente conhecido (ainda mais como vendedor de galinhas)”, continuaria persistindo em suas fugas, pois tudo indica que havia conseguido acumular conhecimentos da cidade suficientes para ter a segurança necessária à sua rebeldia.⁴⁵

Raymundo Seis Dedos, em inícios de abril de 1872, mais uma vez estava em fuga, usando “calça e camiza de riscado listrado de branco e azul”. Dizia seu senhor que ele “estava trabalhando no calçamento da cidade” quando fugiu, sabendo que o mesmo andava “publicamente, ora pela Estação em Nazareth, ora no Porto do Sal”. Em 24 de fevereiro de 1873 outra vez fugia, “vagando pelas ruas da cidade”, sendo “sempre encontrado à ganhar na Ponte de Pedras e Mercado”. Nesta última fuga, Raymundo levara “consigo algum dinheiro e um relógio” do filho de Ayres Carneiro, na certa uma precaução caso não conseguisse sobreviver de imediato como ganhador.⁴⁶

Ainda em 1873, no dia 10 de maio, Seis Dedos, vestindo “camisa de xadrez azul e calça de tinto pardo, já desmaiado”, havia novamente

⁴⁴ DGP, de 01/06/1869, p. 2; e de 19/07/1871, p. 3 (o anúncio data de 12/07/1871).

⁴⁵ DGP, de 05/01/1872, p. 2.

⁴⁶ DGP, de 01/04/1872, p. 2; e de 04/03/1873, p. 2 (o anúncio, entretanto, data de 26/02/1873).

fugido “sem a menor causa”, dizendo “estar procurando serviço” a mando do senhor que, por isso, avisava não responder pelas faltas que o fugitivo cometesse em seu nome.⁴⁷ Mas, apesar dos seus expedientes, o escravo não conseguiu evitar seu retorno ao domínio de Ayres Carneiro, tanto que ao anoitecer de 8 de julho de 1873, pouco tempo depois de capturado, empreendia nova fuga, mesmo “estando preso em casa e com um macho na perna direita (com que fugiu) para segurança”. Na verdade, ele se encontrava preso em casa aguardando a sua venda “para o sul do império”, uma vez que seu senhor aparentemente desistira de tentar controlá-lo. O pavor gerado pelo castigo senhorial, ou seja, pela sua venda-exílio para o sul, deve tê-lo motivado a fugir a qualquer custo, roubando do baú do seu senhor a quantia de 23\$000 réis, levando ainda “de sobressalente calça de linho pardo e uma ceroula, estando vestido de camisa branca e calça azul, bastante sujas”. Mas seu senhor sabia que ele continuava nos “limites desta capital”.⁴⁸

Em 20 de outubro de 1874, Raymundo realizava nova fuga, portanto, continuava a viver em Belém com Ayres Carneiro, que recuara da idéia de vendê-lo para o sul do império, ficando o dito senhor, ao que parece, resignado a conviver com um escravo fujão, que apesar de tudo lhe podia ser lucrativo. Nesta fuga, em particular, dizia o senhor que ele andava “pelos arrabaldes de Nazareth algumas vezes e fazendo a sua estada quasi sempre pela Travessa do Príncipe, nas imediações de uma baixa, que tem a mesma travessa por já ter sido visto por alguns soldados do Corpo de Polícia”. Não causou ao seu senhor estranheza que os soldados não prendessem Raymundo, pois este sempre fingia estar a serviço daquele, ainda mais quando fugido.⁴⁹

Nada mais conseguindo apurar sobre Manoel ou Raymundo Seis Dedos, acompanhemos outros trabalhadores cativos fugidos de seus senhores pela cidade de Belém.

⁴⁷ DGP, de 25/05/1873, p. 2. O anúncio, entretanto, data de 10/05/1873, dia em que Raymundo fugiu, pois seu senhor já conhecendo a “peça”, não precisava esperar que retornasse por conta própria. Neste anúncio, inclusive, protestava contra quem lhe desse “agasalho, locupletando-se de seu serviço, certo de que a diária de 2\$000 é a taxada desde o dia acima [dia da fuga, em 10 de maio de 1873]”, responsabilizando o possível acoutador pelo pagamento dos ditos jornais.

⁴⁸ DGP, de 10/07/1873, p. 2.

⁴⁹ DGP, de 19/11/1874, p. 2 (o anúncio, entretanto, data de 03/11/1874).

Vivendo em liberdade, trabalhando sem senhores

Os escravos fugidos, em luta contra o domínio senhorial, não se destituíam da condição de trabalhadores, embora expressassem sua recusa em continuar explorados por seus proprietários. Na verdade, era enquanto trabalhadores que lutavam pelo efetivo controle do ritmo e tempo de trabalho – conforme as próprias experiências e visões de liberdade, partes integrantes de seu universo cultural, informavam suas tradições de luta. Não é possível concordar com o rótulo dos cativos como seres coisificados que, incapazes de qualquer autonomia por não serem pessoas livres, somente conseguiram uma “liberdade nominal” quando negavam a escravidão com suas fugas, na medida em que os ditos escravos coisificados seriam despreparados para a vida livre em sociedade, ou seja, não tinham condições de usufruir os significados da liberdade. A teoria do escravo-coisa nega aos cativos a condição de classe trabalhadora, não percebendo que os escravos fugidos continuavam exercendo atividades produtivas, e o faziam a partir de uma cultura do trabalho maturada sob a escravidão.⁵⁰

O preto Marcellino, oficial de pedreiro, fugiu em 14 de dezembro de 1868, sendo anunciada a sua fuga quase um mês depois, no dia 11 de janeiro de 1869, porque não retornava ao serviço de seu senhor Domiciano Diocleciano Dias Cardoso. Segundo este, com certeza Marcellino achava-se “na capital trabalhando pelo dito offício [pedreiro]”, e reclamava ao “dono ou encarregado da obra”, na qual o escravo fugido trabalhava, que o entregasse em sua casa na Rua do Atalaya nº 10. E ameaçava que, caso Marcellino fosse capturado em alguma obra, seria o “dono ou encarregado d’ella responsável ao seu senhor pelo jornal de 3\$000 rs diários, a constar da data que o dito escravo desapareceu”. Desta forma, Domiciano procurava minar as possibilidades de sobrevivência de Marcellino, pressionando os empreiteiros a não empregar o fugitivo que, por sua vez, arrumava trabalho por conta da sua qualificação e conhe-

⁵⁰ Nossa crítica dirige-se particularmente à compreensão da escravidão por parte de Fernando Henrique Cardoso. Neste ponto diz Cardoso: “[...] só pela negação total da situação em que se via envolvido, através da fuga, poderia encontrar a liberdade. Ainda, assim, era uma liberdade mais nominal que real...”. Cf. Fernando Henrique Cardoso, *Capitalismo e escravismo no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 138.

cimentos sobre como se virar na cidade. Em 9 de março de 1869, Marcellino continuava foragido, com seu senhor denunciando que tinha “sido encontrado nas ruas da Campina”, freguesia de Belém, mas pedia “às autoridades policias, tanto da capital, quanto as do interior a captura do referido escravo”, caso este desistisse da cidade, após as denúncias e ameaças feitas pelo senhor na imprensa.⁵¹ Em 1869, Marcellino acabou sendo reconduzido ao domínio senhorial, embora por pouco tempo.

Em 7 de novembro de 1869, Marcellino voltaria a fugir, achando-se em Belém, “como tem sido encontrado”, segundo denunciava seu senhor mais de um mês depois. Nesta nova fuga, o escravo mais uma vez trabalhava em obras na capital, como oficial de pedreiro, fazendo com que o dito senhor prevenisse aos “donos e encarregados de obras, que tiverem n’ellas a trabalhar o preto Marcellino, que não lhe paguem os jornaes que tiver vencido”, e pedindo sob ameaça de cobrar jornais que lhe entregassem o fugitivo em seu novo endereço na Rua do Norte, casa nº 28.⁵² As palavras de Domiciano Diocleciano, que buscava cercear os passos de Marcellino, demonstram como naquela altura do século XIX determinados escravos fugidos conseguiam passar por pessoas livres e trabalhadoras na cidade de Belém, caso não fossem favorecidos pela prática do acoutamento.

Lendo os anúncios de fugas escravas é possível conhecer outras histórias de liberdade, assemelhadas àquela vivenciada por Macellino. Simplicio, 22 anos, propriedade de Francisco Henrques de Mattos, era oficial de pedreiro, sabendo ler e escrever. Em 22 de dezembro de 1870, quando fugiu, trabalhava “no novo cães da Rua do Imperador”, sendo que era “visto a trabalhar pelo officio [pedreiro] nesta cidade em diversas obras”, conforme as denúncias levadas ao conhecimento do senhor. O piauiense Pedro, cativo de Francisco Honorato Vieira de Freitas, no dia 1º de maio de 1874, fugiu. Seu senhor, informando que Pedro costumava “mudar o nome”, dizia que o mesmo em sua “fuga esteve trabalhando nas limpezas das ruas d’esta cidade”, ainda que fosse oficial de pedreiro. Quem sabe, justamente pela razão de ser pedreiro, Pedro procurasse despistar o senhor não se empregando em obras, como fizeram Marcellino e Simplício. Ele parecia preocupar-se em realmente tornar-se clandestino, a começar pela

⁵¹ *DGP*, de 12/01/1869, p. 2; e de 11/03/1869, p. 2 (o anúncio data de 09/03/1869)

⁵² *DGP*, de 21/12/1869, p. 2.

mudança de nome. Francisco, por sua vez, andava em fuga por volta de junho de 1874, conforme relatou seu senhor, comendador Joaquim da Silva Arantes. Dizia este que Francisco era “bem conhecido” em Belém, constando-lhe que “tem-se empregado n’esta cidade na carga e descarga de carvão de pedra para as diferentes companhias”.⁵³ Já Benedicto, “conhecido por Massarico”, pertencente a Nuno Roberto Pimentel, em dezembro de 1867 constava andar “apanhando assahy”, provavelmente para vender pelas feiras e mercados de Belém.⁵⁴ Apanhar e vender açaí seria uma atividade comum aos escravos urbanos de Belém, quer a serviço de seus senhores, quer fugidos do domínio senhorial, contribuindo com a manutenção de agradável costume alimentar da região.

Tanto Marcelino quanto outros escravos que fugiam do domínio senhorial não estariam necessariamente buscando no espaço urbano a “possibilidade de vender livremente o seu próprio trabalho”, nem estariam apenas “em busca do mercado de trabalho livre”.⁵⁵ Os escravos urbanos ao ganho já vendiam por conta própria o seu trabalho diretamente a terceiros, embora devessem cumprir suas obrigações de pagar jornais aos senhores. Já os escravos fugidos furtavam aos senhores o recebimento desses jornais, na medida em que trabalhavam unicamente para si, portanto, rompendo com a dominação escravista. Eles agora, além de vender livremente seu trabalho, o faziam conforme as suas próprias necessidades e não as necessidades dos senhores. Para eles, trabalhar livremente não era apenas embolsar a férias do dia, era algo a mais: controlar o ritmo e o tempo de trabalho desenvolvido.

Neste contexto, quando os trabalhadores escravos em fuga recusavam-se a continuar labutando sob o peso da opressão e exploração senhoriais, não significa que o faziam por aversão ao trabalho, conforme alegavam os senhores, embora alguns realmente cometesssem furtos, roubos e outras ações criminosas em busca da sobrevivência em liberdade. Significava a possibilidade de exercerem efetivo controle sobre o processo de trabalho, desconstruindo a escravidão sem cair no assalariamento.

⁵³ *DGP*, de 25/01/1871, p. 2; de 05/05/1874, p. 3 (o anúncio data de 03/05/1874); e de 19/06/1874, p. 2 (o anúncio data de 15/06/1874).

⁵⁴ *DGP*, de 19/12/1867, p. 2.

⁵⁵ As citações estão em Ademir Gebara, *O mercado de trabalho livre no Brasil (1871-1888)*, São Paulo, Brasiliense, 1986, pp. 54-55.

Por onde andavam os escravos fugidos em Belém?

Arranjar trabalho na cidade, conforme suas aptidões, visando garantir a sobrevivência e particularmente obter sustento licitamente, sem transgredir as regras sociais através de práticas criminosas (furtos, roubos, etc), seria estratégia dos fugitivos em Belém. Sem dúvida, o crescimento da cidade possibilitava aos escravos fugidos a obtenção de emprego em diversas ocupações. Entretanto, buscar e conseguir trabalho no universo urbano significava muitas vezes poder e saber viver na própria cidade, principalmente em termos de conhecimento dos seus espaços sociais e geográficos. Assim sendo, onde procurar abrigo, onde conseguir trabalho, onde circular livremente e onde evitar aparecer, e também o que fazer, quando fazer, com quem fazer, eram todos cuidados e saberes necessários aos fugitivos, muitos dos quais adquiridos em suas experiências pelas ruas a serviço de seus senhores. Acompanhando os percursos realizados pelos escravos fugidos em Belém será possível perceber muitas dessas coisas.

Alguns anúncios indicam que os fugidos podiam freqüentar as mais diversas localidades de Belém. Outros anúncios, entretanto, revelam que parte significativa dos escravos fugidos preferiam circular, trabalhar e fazer seus negócios pelas áreas litorâneas da cidade, situadas particularmente nos 1º e 2º distritos, ou seja, a parte antiga da cidade, onde se localizavam suas principais docas e portos, como por exemplo a Doca do Ver-O-Peso ou a Doca do Reduto; ou, então, o Porto da Ponte de Pedras ou Porto do Sal, destacando-se o último, localizado na freguesia da Cidade Velha. Nestas docas e portos concentravam-se as atividades comerciais da cidade, com seu fluxo constante de navios e canoas trazendo e levando mercadorias. Ali trabalhavam inúmeros escravos urbanos, em diversas ocupações, sendo um território também aberto aos fugidos atrás da sobrevivência diária.

Esta seria a história do preto Jerôncio que, escravo do “Chefe de Esquadra Pedro da Cunha que mora[va] na Estrada do Arsenal próximo do Jardim Público”, havia nascido em Belém e era aqui bem conhecido. Em 20 de novembro de 1869, seu senhor dizia que “há mais de um anno” já se encontrava fugido, julgando-se que Jerôncio andava “apanhando assahy e que vem vender na Ponte de Pedras e no Porto do Sal em cujos lugares tem sido visto”. Em 23 de março de 1870, Pedro da Cunha ainda

anunciava a fuga de Jerôncio, prometendo mais uma vez a gratificação de cem mil réis a quem o entregasse, “ainda mesmo que apadrinhado”, dando a conhecer os paradeiros do fugitivo: “julga-se que se emprega em apanhar assahy e que o vem vender ora no Porto do Sal, ora na Ponte de Pedras e no Reduto, por já ser visto em muitos logares, bem como na proximidade do cemitério, por onde reside a mãe preta, forra, por alli conhecida como Mái Rosa”. Vê-se, então, como Jerôncio circulava por sua cidade, sobrevivendo da coleta e venda de açaí, bem como usando as suas relações familiares, na medida em que sabia por onde *vagar*, quando podia *vagar* e como devia *vagar* pelos espaços públicos urbanos, buscando manter seus dias de liberdade. Da mesma forma, outros escravos circulavam pelos vários litorais da capital paraense, tais como Luiza, mais ou menos 30 anos, que em 9 de setembro de 1869 havia fugido “vagando pelo Ver-O-Peso e Gazometro”, ou então Manoel, 20 anos mais ou menos, pedreiro, que fugira vestindo “uma camisa de chita e calça de riscado”, usando ainda “bonet sem palha”, constando ao senhor que havia “sido visto perto da Docca do Reducto”.⁵⁶

Entretanto, a cidade crescia. Em suas andanças, diversos escravos fugidos podiam ser encontrados pelos 3º e 4º distritos de Belém, particularmente em torno da Estrada de Nazaré, situada em bairro periférico de mesmo nome. Por exemplo, Julião, 18 anos, que “foi comprado ao Sr. Tenente Mascarenhas” e “trabalhou algum tempo de sapateiro na loja do Sr. Costa”, fugira de seu novo senhor em fins de outubro de 1869, constando que andava “vagando pelas ruas desta cidade, principalmente para as partes de Nazareth”.⁵⁷

Afastando-se cada vez mais do centro urbanizado de Belém, na época restrito basicamente ao 1º e 2º distritos, fora algumas manchas urbanas no 3º distrito, é possível acompanhar vários fugitivos *vagando* pelas diversas estradas. Como Analia, que, fugida na noite de 9 de novembro de 1869, constava andar “pelas estradas”. Muitas vezes as estradas eram pouco habitados em direção aos arrabaldes da cidade, quando situadas dentro dos limites dos 5º e 6º distritos. No 5º distrito, por exemplo, escravos fugidos freqüentavam as principais artérias: Maria

⁵⁶ DGP, de 20/11/1869, p. 2; de 23/03/1870, p. 2; de 14/09/1869, p. 2; e de 14/04/1871, p. 2.

⁵⁷ DGP, de 20/11/1869, p. 2.

de Nazareth, desde a antevéspera de natal de 1874, quando fugira ao leiloeiro Castro, transitava “ordinariamente pelas ruas e estradas d'esta cidade”; um mês depois, Maria ainda continuava em fuga, segundo o anunciante em “companhia da mãe Theófila, que mora para as bandas da estação da Estrada de Ferro, à Rua da Independência [Av. Magalhães Barata]”. Já Raymundo, escravo do Visconde de Arary, “que andava puchando carroça, empregado na condução de materiais para obras”, há seis meses encontrava-se fugido, desde 20 de janeiro de 1873, “andando pelas Estradas de Salvaterra e Bragança [Av. Almirante Barroso] nos subúrbios d'esta Capital”.⁵⁸

No que diz respeito ao 6º distrito, seria a sua principal via de circulação a denominada Estrada de São João (Av. Senador Lemos), bem como as redondezas do Curro Municipal, nas margens da Baía de Guajará, locais que, segundo as notícias senhoriais, os escravos em fuga costumavam freqüentar. Por exemplo, Heleonora constava “andar pelos arrabaldes de S. João”; da mesma forma, Olympia, há quase um ano em fuga, andava “pela Estrada de S. João à Rua do Rosário”; Gualdino também constava estar “na cidade, e passeia[va] pela Estrada de S. João até o Curro”.⁵⁹

Andar pelas estradas da cidade de Belém, entretanto, não queria necessariamente significar que os escravos fugidos ficassem longe do centro urbanizado, havendo algumas estradas localizadas nos distritos mais antigos, ou seja, o 1º e o 2º. Por exemplo, em 21 de fevereiro de 1871, Maria fugira levando “vestido de chita encarnada escura de lista e pinguinhas brancas”, constando que vagava “pelas estradas desta cidade e com especialidade das Mongubeiras [Av. Almirante Tamandaré] e Mucajá”. A Estrada das Mongubeiras situava-se justamente na linha divisória das freguesias da Cidade Velha (1º bairro de Belém) e da Campina (2º bairro) – portanto, dentro dos limites do 1º distrito. Por sua vez, o moleque Antônio havia fugido em 6 de abril de 1872, constando que vagava “pela Estrada Nova”, caminho que começava no 1º distrito e estendia-se pelo 4º distrito, contíguo ao 1º.⁶⁰ Aliás, existiam estradas

⁵⁸ DGP, de 14/11/1869, p. 2; de 27/12/1874, p.3; de 23/01/1875, p. 2; e de 19/07/1873, p. 2.

⁵⁹ DGP, de 20/05/1874, p. 3 (o anúncio data de 16/05/1874); de 19/06/1873, p. 2; e de 16/06/1869, p. 2.

⁶⁰ DGP, de 25/02/1871, p. 2; e de 14/04/1872, p. 2.

que cortavam toda a cidade, atravessando desde seus distritos mais densos em concentração urbana, até aqueles menos habitados, não sendo difícil aos escravos irem de uma ponta a outra, conforme suas conveniências.

Ao lado de escravos que circulavam por toda a cidade, como Victalino, fugido há nove meses, desde 6 de janeiro de 1871, “vagando, umas vezes pelas ruas capital e outras pela Estrada de Bragança, e seus subúrbios”,⁶¹ outros limitavam-se muitas vezes a ficar em seus subúrbios e imediações: Margarida, “nos arrabaldes desta cidade”; Leandro fugira a Siqueira Pinto Irmão há seis meses, julgando-se “andar pelos arrabaldes desta cidade”; Domingos, “muito conhecido de todos n’esta cidade por ser o entregador dos cafés para os diferentes freguezes da torração do Sr.”, fugira “pelas nove horas da manhã” do dia 13 de abril de 1874, constando que andava “vagando pelas immediações d’esta cidade”; Faustina, nascida em Belém e há um mês em fuga, achava-se “n’um sítio das immediações desta cidade, para onde foi levada por sua mãe a preta forra de nome Amancia e que alli tem outros parentes”;⁶² Rosa, fugida desde 13 de março de 1881 e que se intitulava forra, constando que existia há “pouco tempo no sítio denominado Luilús no Largo de S. Braz, onde foi presa com mais duas, tendo sido solta por se dizer livre”.⁶³

Os escravos quando fugiam não abandonavam a sua cidade, nem ficavam confinados a lugares isolados ou reclusos em quartos escuros nos casarios em que eram acotados. Muito pelo contrário. Experimentando a liberdade conquistada, ainda que muitas vezes por pouco tempo, exerciam-na da mais ampla forma possível, indo e vindo pelas ruas e praças de Belém, sem que fosse preciso dar satisfações aos senhores, pois não havia sentido em fugir se não lhes fosse possível andar livremente, ou “vagar”, como preferiam sugerir os senhores. Por outro lado, as andanças dos fugitivos pela capital paraense, que os faziam ser reconhecidos por várias pessoas, favorecendo a sua captura, constituíam-se em risco plenamente conhecido pelos escravos fugidos, os quais, mesmo assim, continuavam a percorrer a cidade que também, de alguma forma, lhes pertencia.

⁶¹ *DGP*, de 03/10/1871, p. 3 (o anúncio data de 09/09/1871).

⁶² *DGP*, de 10/01/1873, p. 2; de 14/06/1881, p. 2; de 15/04/1874, p. 2; e de 25/10/1874, p. 2. Ver outros exemplos em: *DGP*, de 20/02/1875, p. 2; de 14/11/1872, p. 3; e de 11/10/1874, p. 3.

⁶³ *DGP*, de 13/03/1881, p. 2.

Um pé dentro, outro fora da cidade

Outro aspecto das relações existentes entre os escravos fugidos e a cidade é revelado pelas histórias do “mulato” Félix e da preta Francisca. Fugido em 23 de julho de 1871, o primeiro continuava em liberdade quase treze meses depois. Segundo seu senhor, o fugitivo andava “por esta cidade e feito tripolante em algum dos vapores da Companhia Fluvial Paraense com o nome supposto de Antônio”.⁶⁴ Para Félix a capital paraense significava refúgio em terra quando não estava trabalhando nas embarcações pelos rios da Amazônia. Já Francisca, “desde 1860” havia fugido da sua senhora, moradora na própria capital, estando “acoutada nesta capital e algumas vezes a fazem viajar para o distrito de Abaité aonde se conserva por algum tempo e torna a vir”. Neste caso trata-se de escrava urbana que, fugida há sete anos, era auxiliada por outras pessoas em seu esquema de despistamento. Refugiava-se em Abaité (Abaetetuba) sempre que fosse necessário dar um tempo, embora continuasse a construir sua vida em liberdade na capital paraense, à qual acabava retornando quando se sentia segura.⁶⁵

Alguns escravos preferiam esconder-se nas redondezas de Belém, visitando a cidade somente quando necessitavam fazer seus negócios. Na noite de 5 de abril de 1869, o carafuz Miguel, que se dizia escravo de José da Cunha, da cidade de Bragança, foi preso por ordem do subdelegado do 1º distrito de Belém e enviado ao quartel de polícia. Fugido há cinco anos, Miguel fora preso quando se encontrava na capital para comprar farinha. Segundo o seu depoimento, “esteve acoutado muito tempo em casa do tapuio Antônio João, morador no sítio Monte Alegre, no rio Araray, e ultimamente esteve, ora no Igarapé da Fome, ora vagando pela Ilha das Onças, Caraparú, etc...”. A vida de andarilho levada por Miguel indica que nem sempre as coisas eram fáceis para os fugitivos. Mas ele vacilou em andar à noite pela cidade, quando era mais fácil parecer suspeito, dando azar de ser preso por uma patrulha. Miguel não vivera sozinho aqueles anos de liberdade. A escrava Febrônia, segundo seu senhor, havia sido “seduzida desta cidade” por ele no dia 8 de março de 1869, sendo levada

⁶⁴ DGP, de 08/08/1872, p. 3.

⁶⁵ DGP, de 09/06/ 1867, p. 2.

“para o canavial do Murtucu [próximo a Belém], onde viviam acoutados numa barraca de palha de um velho Pai Francisco, que ali serve de vigia”. Após a prisão de Miguel, Febrônia também caiu presa quando da diligência comandada pelo subdelegado do 1º distrito, sendo recolhida à cadeia e logo depois entregue ao seu senhor.⁶⁶

Vê-se, então, escravo fugido que, mesmo homiziado fora dos limites da cidade de Belém, vinha aqui em busca não somente do necessário à sua existência, como também em busca de laços afetivos. Mas tem-se notícia sobretudo de quem vinha à capital trabalhar: em 11 de fevereiro de 1870, Antônio Manoel Nunes, de Irituia, vendia em fuga seu cativo Estanisláo, sabendo que o mesmo andava “para as partes da Ilha das Onças e que vem quazi todos os dias vender assahay na cidade”, ou seja, Belém; Celestino, pertencente à viúva Ana Maria Corrêa de Miranda, fugira do serviço de um outro Miranda, chamado Firmino Antônio Corrêa de Miranda, na ilha do Combú, localizada defronte da capital paraense, aparecendo “alguns dias vendendo assahi nesta cidade”.⁶⁷

Sobre Honório temos mais detalhes. Escravo do Sr. Capella, ele fugira do Engenho Lemnia no rio Bemfica, no distrito do mesmo nome próximo a Belém. Em diversos anúncios, publicados no *Diário do Grampá* em diversas datas entre janeiro de 1871 e janeiro de 1875, o seu senhor indicava os seus paradeiros. Em 1870, Honório “foi visto nesta cidade durante a festa de Nazareth”,⁶⁸ em maio de 1871, constando que estava “em Barcarena, [e] de vez em quando vem [vinha] à cidade”, o seu senhor complementava que “tem sido visto na Estrada de S. João e no Largo do mesmo nome”; no final de 1874 e início de 1875, Honório ainda freqüentava o distrito de Barcarena, de vez em quando aparecendo “na Doca do Ver-O-Peso e no Porto do Sal a bordo de uma canoa”. Ao lado dos incansáveis protestos ameaçando aos acoutadores com os rigores da lei, o Sr. Capella denunciava o estratagema de seu escravo fugido que, mesmo considerando-se forro, às “pessoas conhecidas diz[ia] ter

⁶⁶ A notícia da prisão de Miguel e Febrônia encontra-se publicada em *DGP*, de 10/04/1869, p. 1. Sobre a fuga de Febrônia, seduzida por Miguel, em uma de suas visitas pela cidade de Belém, ver o anúncio de fuga, mandado publicar por seu senhor, no *DGP*, de 01/03/1869, p. 2.

⁶⁷ *DGP*, de __/03/1870, p. 2 (o anúncio, entretanto, é datado de 11/02/1870); 16/01/1873, p. 2.

⁶⁸ *DGP*, de 01/01/1871, p. 2; de __/05/1871, p. 2; de 08/12/1874, p. 3; e de 14/01/1875, p. 2.

licença de seu senhor para trabalhar fóra”. Honório vivia seus dias de fuga manipulando os códigos sociais da escravidão em seu favor, ou seja, fingindo-se um bom escravo que circulava com a permissão do senhor justamente para continuar fugido sem levantar suspeitas. Ele se assemelhava a Manoel, Estanislão, Celestino e Francisca, todos com um pé fora e outro dentro da cidade de Belém. Embora não lhes servindo de pouso certo e definitivo, a cidade constituía, como no caso de outras centenas de fugitivos, espaço importante em histórias de vida marcadas pelas lutas por mais autonomia, senão pela liberdade mesma.